

Provão Juiz / 99 – 1ª Fase – 1ª Etapa

Assinale a resposta *que*, de modo mais adequado, complementa ou atende ao enunciado.

1. O exercício das funções atribuídas aos poderes do Estado se marca pelo critério da
 - A) exclusividade
 - B) preponderância.
 - C) simultaneidade.
 - D) definitividade.

2. A declaração de inconstitucionalidade de uma lei, ao produzir efeitos *erga omnes*,
 - A) produz efeito *ex-tunc*, do que resulta a repristinação da norma que a lei inconstitucional dissera revogada.
 - B) produz efeito *ex-tunc*, sem que tanto implique em repristinação da norma que a lei inconstitucional dissera revogada.
 - C) produz efeito *ex-nunc*, do que resulta a repristinação da norma que a lei inconstitucional dissera revogada.
 - D) produz efeito *ex-nunc*, sem que tanto implique em repristinação da norma que a lei inconstitucional dissera revogada.

3. O mandado de injunção
 - A) permite o afastamento da lei do poder regulamentar.
 - B) evidencia que o poder regulamentar se constitui em direito de seu detentor.
 - C) evidencia que o poder regulamentar se constitui em dever de seu detentor.
 - D) destina-se a fixar ou prorrogar o prazo para o exercício do poder regulamentar.

4. Servidor público propôs, na Justiça do Trabalho, reclamação envolvendo parcelas referentes tanto ao período contratual como ao estatutário. Deve o juiz
 - A) decidi-la nos limites de sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio.
 - B) determinar que a parte corrija o pedido, afastando a acumulação de pedidos.
 - C) decidi-la nos limites de sua jurisdição e, a seguir, declinar de sua competência em favor daquele que julgará o restante do pedido.
 - D) julgar extinto o processo, diante de sua incompetência para conhecer da integralidade do pedido.

5. O ato administrativo marcado por vício de legalidade
 - A) pode ser anulado pela própria Administração.
 - B) só pode ser anulado por meio de decisão judicial em ação anulatória.
 - C) só pode ser anulado por meio de decisão judicial em ação civil pública.
 - D) pode ser anulado pela própria Administração, desde que o ato seja ratificado pelo Judiciário.

6. A regra constitucional referente à responsabilização do Estado por atos de seus agentes que causarem dano a terceiros

- A) adota a teoria da irresponsabilidade do agente.
- B) submete-se à teoria da responsabilidade com culpa.
- C) observa a teoria da responsabilidade objetiva.
- D) considera a teoria do mandato implícito.

7. O Poder Judiciário, quando desenvolve atividade de controle dos atos administrativos, deve considerar

- A) a presunção de observância da forma adequada dos atos administrativos.
- B) a presunção de legitimidade do agente administrativo.
- C) a presunção de auto-executoriedade dos atos administrativos.
- D) a proibição de controle prévio dos atos administrativos.

8. O regime estatutário e o regime trabalhista:

- a) têm em comum a unicidade normativa;
- b) têm em comum a pluralidade normativa
- c) se distinguem porque o primeiro observa a pluralidade normativa enquanto o segundo segue a unicidade normativa;
- d) se distinguem porque o primeiro observa a unicidade normativa enquanto o segundo segue a pluralidade normativa.

9. Afonso, primo de Bianca, tem com ela acalorada discussão por motivo fútil. Irritado, Afonso agride Bianca que aborta em razão das agressões sofridas. Tem-se que:

- a) Afonso não deve responder pela lesão corporal gravíssima se Bianca tiver causado a irritação, já que neste caso a qualificadora será excluída pela provocação da vítima;
- b) Afonso deve responder pela lesão corporal gravíssima, já que o aborto tem caráter objetivo, não importando se Afonso sabia ou não da gravidez;
- c) Afonso deve responder pela lesão corporal gravíssima porque o reconhecimento da agravante do motivo fútil impede a exclusão da qualificadora;
- d) Afonso não deve responder pela lesão corporal gravíssima, em decorrência do aborto causado, se desconhecia a gravidez da prima.

10. Em audiência realizada perante uma Junta de Conciliação e Julgamento, testemunha livre e voluntariamente pratica crime de falso testemunho. Tal infração deve ser processada e julgada:

- a) pela Justiça Estadual;
- b) pela Justiça Federal;
- c) por uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho;
- d) pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho.

11. Adamastor resolve furtar uma jóia na casa de Beatriz. Dentro da residência, com medo de ser punido posteriormente, resolve não continuar sua atividade delitiva. Ele deve responder:

- a) por furto, na forma tentada;
- b) por furto, com redução de pena, em vista do arrependimento posterior;
- c) por violação de domicílio, em vista da desistência voluntária;
- d) por nenhum crime, em vista de seu arrependimento eficaz.

12. A regra da imunidade absoluta de jurisdição dos Estados estrangeiros:

- a) só prevalece em matéria que atinja as atividades dos próprios agentes diplomáticos;
- b) não prevalece em matéria que atinja o patrimônio do Estado estrangeiro;
- c) só prevalece quando diz respeito aos súditos do país estrangeiro;
- d) não prevalece quando diz respeito às relações rotineiras, travadas entre o Estado estrangeiro, representado por seus agentes, e os súditos do país em que atuam.

13. A noção de domicílio:

- a) tem igual relevo para fixação da competência na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho;
- b) é irrelevante para fixação da competência na Justiça do Trabalho;
- c) apenas é considerada em um único caso para fixação da competência na Justiça do Trabalho;
- d) tem, no processo do trabalho, importância idêntica ao que lhe atribuem as leis tributárias.

14. A prescrição aquisitiva e a prescrição extintiva se distinguem:

- a) pela amplitude de incidência de uma e outra nas esferas do Direito Civil;
- b) pela maior relevância do decurso do tempo em uma e outra;
- c) porque uma restringe direitos mais do que a outra;
- d) porque a inércia do titular do direito é mais marcante em uma do que na outra.

15. As ações de estado:

- a) são, em regra, personalíssimas, intransmissíveis e imprescritíveis;
- b) embora sejam, em regra, imprescritíveis e intransmissíveis, não são personalíssimas;
- c) embora sejam, em regra, personalíssimas e intransmissíveis, não são prescritíveis;
- d) embora sejam, em regra, personalíssimas e imprescritíveis, sujeitam-se ao prazo decadencial.

16. Realizada transação entre o credor e um dos devedores solidários:

- a) extingue a obrigação até a concorrência de sua parte da dívida, subsistindo a solidariedade quanto aos demais;
- b) a dívida se extingue com relação a todos os devedores;
- c) respondem os demais devedores apenas pelos juros de mora, se existentes;
- d) permanece a dívida dos demais devedores pela quota que lhes é própria.

17. Para liquidação decorrente do descumprimento de obrigação de não fazer:

- a) o credor tem direito a promover a penhora dos bens do devedor;
- b) o credor tem direito a mandar que o serviço seja executado por terceiros, às expensas do devedor;
- c) o credor tem o direito de exigir que o ato seja desfeito às expensas do devedor;
- d) se o devedor estiver impossibilitado de abster-se do ato, conforme se obrigou, fica dissolvido o contrato.

18. A violação da proibição de exercer atividade comercial por aqueles que ostentam incompatibilidade para este exercício acarreta:

- a) a nulidade dos atos de comércio praticados;
- b) a decretação de sua falência;
- c) a liquidação do estabelecimento;
- d) além da punição administrativa, a submissão do infrator às sanções referentes ao exercício ilegal de atividade.

19. Distingue-se a sociedade irregular da sociedade de fato porque:

- a) naquela não há escritura pública, enquanto esta a possui;
- b) naquela não houve subscrição pública, enquanto nesta não houve qualquer subscrição;
- c) naquela os sócios reconhecem-se dotados dessa condição, enquanto nesta a *affectio societatis* é negada;
- d) naquela o contrato entre os sócios não foi arquivado no Registro de Comércio, enquanto nesta não foi redigido qualquer contrato entre os sócios.

20. Para o empregado eleito diretor de sociedade anônima:

- a) nenhuma alteração ocorre em sua condição de empregado;
- b) o contrato de trabalho fica suspenso durante o exercício do cargo de direção;
- c) o contrato de trabalho se extingue por decorrência da incompatibilidade entre o cargo e a função;
- d) o período de exercício do cargo de diretor é equiparado a um contrato de prazo determinado.

21. Os livros comerciais de sociedades mercantis, de adoção obrigatória, fazem prova plena:

- a) contra seus sócios ou acionistas originários;
- b) contra seus sócios ou acionistas originários e seus sucessores;
- c) contra comerciantes com os quais seus proprietários tiveram transações mercantis;
- d) contra não comerciantes, desde que não se trate de ato para cuja prova seja exigida escritura pública.

22. Nas ações propostas contra uma sociedade em concordata preventiva:

- a) devem ser citados o concordatário e o comissário;
- b) deve ser citado apenas o concordatário;

- c) deve ser citado apenas o concordatário, se o juiz o mantiver na administração plena da sociedade;
- d) deve ser citado apenas o comissário.

23. A contratação na forma prevista na Lei 9601/98, que dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado e banco de horas:

- a) somente pode ser estipulada por prazo superior a seis meses;
- b) deve incluir, na proporção por ela fixada, trabalhadores menores, maiores e deficientes físicos;
- c) tem que ter origem em convenção ou acordo coletivo, com participação do sindicato da categoria profissional dos contratados;
- d) deve observar os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Legislação complementar, admitida, no entanto, uma redução das contribuições devidas à Previdência Social.

24. Não se reconhece a validade do contrato de experiência:

- a) para realização de serviços nos quais não é exigida qualquer qualificação profissional;
- b) quando a contratada estiver grávida;
- c) se não for ultrapassado o prazo de noventa dias;
- d) se não houver sido formalizado por meio de documento escrito.

25. A dedução, no salário, do valor correspondente ao dano causado pela empregado e a simultânea imposição de medida disciplinar:

- a) configura dupla penalidade;
- b) não configura dupla penalidade;
- c) impõe a devolução, em dobro, da importância deduzida;
- d) impõe o cancelamento da medida disciplinar aplicada.

26. A redução dos salários dos empregados:

- a) é expressamente vedada pela Constituição;
- b) é admitida desde que prevista em lei;
- c) é tolerada desde que prevista em convenção ou acordo coletivo;
- d) é tolerada se fundada em razões de conjuntura econômica.

27. O advogado que celebra contrato de trabalho para chefiar o departamento jurídico de uma indústria, cumprindo jornadas de 8 horas:

- a) tem direito a 4 horas extras diárias se não houver acordo ou convenção dispondo de modo diverso ou cláusula contratual de exclusividade;
- b) tem direito a 4 horas extras diárias;
- c) tem direito a 4 horas extras se não lhe forem assegurados honorários de sucumbência nas causas nas quais houver atuado;
- d) não tem direito a horas extras porque, por decorrência de sua atividade, ele é um empregado de confiança.

28. Caso o empregado faleça no curso das férias:

- a) o empregador pode cobrar dos dependentes o que pagou em excesso;

- b) o empregador pode deduzir dos créditos a pagar aos dependentes o que pagou em excesso;
- c) o empregador só pode deduzir o que pagou em excesso;
- d) o empregador só pode deduzir o que pagou em excesso se os dependentes não estiverem habilitados perante a Previdência Social.

29. A validade do pedido de demissão de empregado com mais de um ano de serviço ao mesmo empregador exige

- a) a assistência da autoridade do Ministério do Trabalho ou da entidade sindical do trabalhador.
- b) a homologação da autoridade do Ministério do Trabalho ou da entidade sindical do trabalhador.
- c) a assistência da autoridade do Ministério do Trabalho ou a homologação da entidade sindical do trabalhador.
- d) a homologação da autoridade do Ministério do Trabalho ou a assistência da entidade sindical do trabalhador.

30. Os “outros direitos” a que se refere o *caput* do art. 7º da Constituição Federal dizem respeito

- a) aos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e na legislação complementar.
- b) às garantias que vierem a ser instituídas por lei complementar, na conformidade do mesmo art. 7º.
- c) aos fixados por meio de normas coletivas.
- d) a todos os direitos acima referidos.

31. O recebimento simultâneo de indenização e depósitos do FGTS:

- a) não tem previsão legal;
- b) se justifica quando o empregado tem tempo de serviço anterior à opção pelo regime do FGTS;
- c) apenas ocorre quando resta evidenciado que o trabalhador está a menos de um ano de sua aposentadoria;
- d) restou impossibilitado pela universalização do regime do FGTS.

32. A adequação à lei de cláusula de acordo ou convenção coletiva:

- a) não sofre exame por parte da autoridade administrativa;
- b) é examinada pela Delegacia Regional do Trabalho no momento do depósito de seu instrumento;
- c) é examinada pela Justiça do Trabalho antes do depósito de seu instrumento na Delegacia Regional do Trabalho;
- d) só é examinada pela Justiça do Trabalho nas reclamações individuais propostas por empregados ou empregadores.

33. A arbitragem se constitui em um procedimento:

- a) de caráter privado e de natureza voluntária;
- b) de caráter conciliatório e tutelado;
- c) de mediação, com apresentação de propostas que podem ser aceitas ou não pelas partes;
- d) de heterocomposição por meio de uma pessoa ou órgão público.

34. Após a resposta do réu, a utilização de sistema de dados e imagens tipo *fac simile* é admitida por lei:

- a) apenas para interposição
- b) apenas para a prática de atos de partes que não sejam residentes ou domiciliados na sede do Juízo;
- c) para a prática de atos para os quais não haja exigência legal de manifestação oral;
- d) para a prática de quaisquer atos processuais que dependam de petição escrita.

35. Não é admissível o chamamento ao processo:

- a) do devedor subsidiário;
- b) do devedor solidário;
- c) de outros fiadores, quando o autor houver requerido a citação de apenas um deles;
- d) do afiançado.

36. Em reclamação na qual é pretendido o reconhecimento de relação de emprego e pagamento de títulos daí decorrentes, o autor alega que tanto seu registro no Conselho de Representantes Comerciais como o contrato de representação celebrado com o reclamado são fraudulentos e visavam apenas mascarar uma relação de emprego. Contestado o pedido e colhidas as provas, a junta concluiu que o reclamante era, de fato, representante comercial autônomo. Considerando que a defesa arguiu a incompetência da Justiça do Trabalho bem como a carência do direito à ação, pela ilegitimidade passiva *ad causam* e a impossibilidade jurídica do pedido, a conclusão do julgado deve ser:

- a) pela incompetência absoluta, pois se o reclamante era realmente representante comercial autônomo, é da Justiça Comum a competência para julgar suas pretensões frente ao representado;
- b) pela ilegitimidade passiva *ad causam*, já que o reclamado não pode, ante o relacionamento autônomo, responder como empregador;
- c) pela impossibilidade jurídica do pedido, já que todas as parcelas derivam de um contrato de trabalho, inexistente *in casu*.
- d) pela improcedência do pedido, com rejeição das preliminares.

37. Na execução por carta precatória, os embargos são julgados:

- a) na sua integralidade pelo juiz deprecado;
- b) na sua integralidade pelo juiz deprecante;
- c) pelo juiz deprecado, no que concerne aos atos que envolvem a regularidade da penhora;
- d) pelo juiz deprecante, no que concerne aos atos que envolvem a regularidade da penhora.

38. Para decidir divergência entre sindicatos concernente à base territorial:

- a) a competência é da Justiça do Trabalho;
- b) a competência é da Justiça Federal;
- c) a competência é da Justiça Comum;
- d) a atribuição é do Ministério do Trabalho que reconheceu legitimidade às entidades referidas.

39. Ao julgar o pedido de levantamento dos depósitos do FGTS de empregado que pediu demissão, deve o juiz:

- a) julgar o pedido improcedente;
- b) julgar o reclamante carecedor do direito da ação;
- c) julgar o pedido procedente, ainda que não haja pedido referente ao acréscimo de 40%;
- d) determinar a suspensão do processo, até que sentença de mérito declare a forma pela qual o contrato chegou a seu termo.

40. Em processo em curso, foi argüida, pelo réu, a inconstitucionalidade da lei em que se fundamenta a pretensão do autor. Nesta caso, deve o juiz:

- a) remeter os autos, conforme o caso, ao Tribunal Superior do Trabalho ou ao Supremo Tribunal Federal, para que seja julgada exclusivamente a inconstitucionalidade argüida;
- b) rejeitar a inconstitucionalidade, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal;
- c) exercer o controle jurisdicional de constitucionalidade das leis declarando, pelo critério concentrado, a eficácia ou ineficácia da norma atacada;
- d) apreciar a inconstitucionalidade argüida *incidenter tantum*.

41. A finalidade da nomeação à autoria é:

- a) corrigir a legitimação para a causa;
- b) proporcionar a terceiros o exercício incondicional do direito de ação;
- c) convalidar o interesse de agir;
- d) atender aos princípios de economia e de celeridade processuais.

42. No curso do processo de execução de sentença transitada em julgado que condena um pai, viúvo, a efetuar pagamento de uma quantia em dinheiro a seu filho único, o pai vem a falecer. O juiz deve:

- a) extinguir o processo, com julgamento do mérito, pela morte do devedor;
- b) extinguir o processo, com julgamento do mérito, pela perda do objeto;
- c) extinguir o processo, com julgamento do mérito, ante a confusão;
- d) extinguir o processo, sem julgamento do mérito, ante a confusão.

43. No que concerne a depoimentos prestados em juízo, assinale a opção incorreta:

- a) é vedada sua tomada por juiz diverso daquele da causa principal;
- b) os incapazes só podem depor quando assistidos pelos respectivos curadores;
- c) a testemunha não é obrigada a depor sobre fatos que possam acarretar graves danos a parentes consangüíneos ou afins, em linha reta ou na colateral em segundo grau;
- d) o inimigo capital da parte não está impedido de depor, mas é suspeito.

44. Assinale a alternativa correta:

- a) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença não faz coisa julgada;
- b) denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença-de-mérito, não mais sujeita a qualquer tipo de recurso;

- c) a eficácia subjetiva da sentença só atinge as partes da relação processual, não beneficiando nem prejudicando terceiros;
- d) a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida pela via da ação rescisória.

45. A sentença concluiu pela extinção do processo, sem julgamento do mérito, por impossibilidade jurídica do pedido. Irresignado, o réu apresenta apelação, sustentando que, tendo sido realizada a instrução do feito, com a produção de provas, a sentença deveria concluir pela improcedência do pedido, Neste caso:

- a) o recurso é incabível, pois não houve sucumbência.
- b) o recurso é cabível ante o princípio da lesividade, pois visa obter um pronunciamento mais favorável;
- c) o recurso é incabível, pois mesmo que a sentença houvesse concluído pela improcedência do pedido, o réu seria absolvido da condenação, e, *ipso facto*, os efeitos jurídicos teriam sido os mesmos;
- d) o recurso é cabível, pois o direito de recurso tem índole constitucional, e não pode ser cerceado nem restringido pela legislação infra-constitucional.

46. Por meio do mandado de segurança são atacados atos ou condutas ilegais atribuídas:

- a) a autoridades públicas;
- b) a agentes de pessoas jurídicas privadas, no exercício de funções delegadas;
- c) a autoridades públicas e a agentes de pessoas jurídicas privadas, no exercício de funções delegadas;
- d) a atos de autoridades públicas nos quais há manifesto abuso de poder.

47. No que concerne às medidas cautelares é correto dizer-se que:

- a) sua eficácia não cessa quando a extinção do processo principal ocorrer sem julgamento do mérito;
- b) salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo;
- c) elas não podem ser modificadas ou revogadas na pendência do processo principal;
- d) a parte deve propor a ação no prazo de trinta dias contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for incidental.

48. Assinale a afirmativa que não estiver correta:

- a) o servidor militar da União, sujeito a sistema próprio de previdência social não será considerado segurado obrigatório, ainda que venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral da Previdência Social;
- b) o aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social que voltar a exercer atividade abrangida por esse regime, é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições respectivas;
- c) todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral da Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas;
- d) o servidor civil da União Federal que venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral da Previdência Social tornar-se-á segurado obrigatório dessas atividades.

49. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

- a) até cinco anos, para quem está em gozo de benefício;
- b) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo;
- c) até seis meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;
- d) até seis meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

50. A aposentadoria por invalidez:

- a) pode ser revista a qualquer tempo, assegurado o retorno do trabalhador ao emprego;
- b) pode ser revista a qualquer tempo, sem assegurar o retorno do trabalhador ao emprego se houver perdurado por mais de cinco anos;
- c) pode ser revista a qualquer tempo, assegurado o retorno do trabalhador ao emprego, facultado ao empregador o direito de rescindir o contrato de trabalho.
- d) torna-se definitiva após cinco anos.

GABARITO

QUESTÕES	2ª Etapa	QUESTÕES	2ª Etapa
1	B	26	C
2	A	27	A
3	C	28	C
4	A	29	D
5	A	30	D
6	C	31	B
7	D	32	A
8	C	33	A
9	D	34	D
10	B	35	A
11	C	36	D
12	D	37	C
13	C	38	C
14	A	39	A
15	Anulada	40	D
16	B	41	A
17	C	42	D
18	D	43	B
19	D	44	B
20	B	45	B
21	B	46	C
22	B	47	B
23	C	48	A
24	D	49	B
25	B	50	A